

***AUTORIDADE, AUTORITARISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NO
ÂMBITO ESCOLAR***

***Authority and Authoritarianism and their Implications
in the Scholar Ambit***

Lorena de Paula Campos

RESUMO

Este trabalho teve como objetivos buscar na literatura as diferenças conceituais entre Autoridade e Autoritarismo, e suas consequências no ambiente escolar. Visou também, a identificação e análise de problemas relacionados ao assunto, com a finalidade de buscar formas de atenuar ou minimizar referida situação. A metodologia utilizada foi a Pesquisa Bibliográfica e consistiu na análise crítica e leitura comparada de textos científicos sobre o tema e na discussão de alguns elementos que o caracterizam, visando a compreensão de questões anteriormente citadas. O que pude depreender diante da pesquisa realizada, é que cada um tendo suas funções delimitadas e respeitadas através do estabelecimento de regras de convivência; a dificuldade em proceder à diferenciação dos referidos termos, já se torna menor, uma vez que através de uma reflexão crítica, somos capazes de reconhecer que nosso papel, enquanto formadores, é exatamente o de **orientar** nossos alunos para uma formação crítica, reflexiva, que os ajude a construir sua autonomia.

Palavras- chave: Autoridade. Autoritarismo. Relação pedagógica.

ABSTRACT

The purpose of this job is to seek in literature conceptual differences between Authority and Authoritarianism, trying to understand what difficulties, a disorder between the cited terms, could be incited at the scholar environment. Also look for the identification and analysis of problems related to this subject, in a purpose to seek forms to attenuate and minimise the reported situation. As a result this job is named "Authority and Authoritarianism and their implications in the scholar ambit". The methodology was based on Research Bibliographic and it consisted in the critique and scanning among scientific texts related to the matter, indeed in the discussion of some of the characteristic elements of it in an aim of understand the aforesaid issues. What I could understand toward the research is that each one having your own role delimited and respected through the establishment of familiarity rules, the difficulty in proceed to the distinction of these terms decrease; once, through a reflection we

are able to recognize that our role, as educators, is exactly to direct our students to a critical and reflexive education which helps them to build their autonomy.

Keywords: Authority. Authoritarianism. Pedagogical Relations.

INTRODUÇÃO

Atualmente a sociedade, em todos os seus segmentos, vem passando por uma grande crise de autoridade e a escola, enquanto parte integrante dessa sociedade, não está imune a essa crise.

Tal crise pode ser percebida através das frequentes falas e queixas do meio em questão: o salário é baixo; os alunos não estudam; o professor não ensina; o espaço da sala de aula não é bom e muitos outros reclames. O que se pode perceber é um generalizado sentimento de insatisfação, tanto por parte dos professores, como por parte dos alunos.

Dessa forma, por ser a escola nosso principal objeto de estudo e levando em conta que ela se relaciona constantemente com seus alunos, podemos afirmar que esta instituição participa inteiramente do meio sócio- histórico- cultural onde está inserido. Assim, ao mesmo tempo em que interfere, também sofre interferências dessa realidade, o que nos leva a afirmar que de modo algum, ela pode ser considerada como uma instituição **neutra**.

Pensando em questões como estas e levando em conta a responsabilidade de seu papel na formação de seus educandos, esse trabalho teve como principais objetivos estabelecer diferenças conceituais entre os termos autoridade e autoritarismo, e mais que isso, identificar e analisar problemas relacionados ao assunto, com a finalidade de buscar formas de amenizar e/ou extinguí-lo.

A crise existe e é real, porém é necessário compreendê-la [...] considerando como ponto de partida a produção do conhecimento, através de problemas presentes na realidade social vivida pelos sujeitos humanos. Desprezar a casualidade e perceber os problemas como sendo históricos, e enquanto tal, passíveis de alteração e mudança. Esses são construídos pela ação do homem e como tal

devem ser alterados pela mesma ação que os construiu (PEREIRA, 2002, p. 2).

Importante destacar que não é fechando nossos olhos para os problemas, que eles desaparecerão ou se resolverão. Entender que tudo é passível de mudança, já é um começo para darmos novos rumos à tamanha crise. Um estudo histórico bem apurado e uma análise crítica da atualidade, pode nos servir como base para desbravarmos caminhos, capazes de escrever uma nova realidade.

Em estudos recentes, já podemos perceber a mudança de posicionamento de alguns autores, como Pires e Branco (2007), quando tratam das relações entre gerações na contemporaneidade e a possibilidade de maior participação da juventude (chamando crianças e jovens à partilha de responsabilidades, ao desenvolvimento de tarefas) na construção de uma nova cultura.

Nesse sentido afirma Durkheim (1973) que, a educação deve ser um trabalho de autoridade, tendo como objeto a formação de um ser completamente novo, diferente daqueles que somos ao nascer, conduzindo à finalidade de superação dessa natureza individualista.

[...] a educação tem por objetivo superpor, ao ser que somos ao nascer, individual e associal – um ser inteiramente novo. Ela deve conduzir-nos a ultrapassar a natureza individual: só sob esta condição, a criança tornar-se-á um homem. Ora, não podemos elevar-nos acima de nós mesmo, senão por esforço mais ou menos penoso. (DURKHEIM, 1973, p.42)

Para que uma criança aprenda a viver e conviver em sociedade e inclusive reconheça que a vida social tem direitos e deveres, incorporando dignidade, é necessário que os adultos e cuidadores as ajudem, guiando essa criança a construir e aprender certos conhecimentos e normas sociais. Essa é a construção do ser social. Para isso, a criança precisaria perceber que as autoridades são o “dever em pessoa”, ou como preferia Durkheim (1973, p.52), “o dever personificado”, o que significa dizer que uma das qualidades essenciais de um educador é a autoridade moral.

[...] a ação exercida pela sociedade, especialmente através da educação, não tem por objeto, ou por efeito, comprimir o indivíduo, amesquinhá-lo, desnaturá-lo, mas ao contrário engrandecê-lo e torná-lo criatura verdadeiramente humana. (DURKHEIM, 1973, p.36).

Quando Durkheim afirma que “A autoridade é uma força que ninguém pode manifestar se efetivamente não a possui” (1973, p.55), tenta nos esclarecer que a grandeza da missão de um mestre, vem de dentro; que não é de fora que o mestre recebe autoridade: é de si mesmo. Reforça ainda que, a autoridade não pode ser baseada no “**orgulho, vaidade ou pedanteria**”, uma vez que ela não é violenta, nem opressora e tampouco se manifesta se o professor não a possui. Era, pois, por meio dos gestos, linguagem e, sobretudo da conduta de um mestre, que sua consciência era passada para a consciência da criança.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada neste trabalho foi a Pesquisa Bibliográfica e realizou-se mediante leituras comparadas de textos e análise crítica do tema, visando uma maior abordagem sobre o assunto. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do seu tema de pesquisa.

Esse tipo de pesquisa favorece o desenvolvimento de capacidades como sintetizar informações de um texto; comparar com outras; resumir, selecionar; avaliar; discutir o que a informação trouxe e etc.

A principal importância da Pesquisa Bibliográfica é que, as interpretações e contribuições adquiridas através dela, servem como ponto de partida para outras pesquisas e sabemos que é somente através da busca de informações, que chegamos a novos conhecimentos.

Autoridade e Autoritarismo: Diferenças conceituais para compreender a autoridade pedagógica

Nesse momento do estudo, o que pretendemos é expor e discutir ideias comuns ou conflitantes entre os autores abordados.

Para auxiliar e direcionar referida pesquisa, foram utilizadas obras de autores como Émile Durkheim, Paul Nash, Suzie Amâncio Gonçalves de Roure, Yves de La Taille, Maria da Graça Jacintho Setton, dentre vários outros que tratam de maneira direta ou indireta da questão pedagógica, e que contribuíram muito para a construção de pensamentos.

Um dos principais autores dessa pesquisa e que tratam do assunto com muita propriedade e riqueza, é Émile Durkheim, que em sua obra *Educação e Sociologia*, diz:

A autoridade não tem nada de violento nem de compressor; consiste tão somente em ascendência moral. O que importa, antes de tudo, é que o mestre demonstre sentir, realmente, sinceramente, o sentimento da própria autoridade. A autoridade é uma força que ninguém pode manifestar, se efetivamente não a possui (DURKHEIM, 1973, p.55).

Na visão Durkheimiana, portanto, as características essenciais de um educador eram a **moral** e a vontade que brotava do desejo de ensinar. Essas eram virtudes indispensáveis para que uma boa autoridade e uma boa convivência se estabelecessem entre os sujeitos envolvidos.

Segundo o autor, autoridade é ascendência moral, é um exercício que traz referência, respeito para o educador e para o educando. Considera fundamental distinguir a autoridade de autoritarismo, concluindo que este último conceito, é uma deformação que compromete os processos sociais. Nesse sentido, “A criança deve exercitar-se a reconhecer [a autoridade] na palavra do educador e a submeter-se ao seu ascendente; é por meio dessa condição que saberá, mais tarde, encontrá-la na sua consciência e aí, se conformar a ela” (DURKHEIM, 1984, p.57).

Paul Nash, outro autor estudado, em sua obra *Autoridade e Liberdade na Educação*, também nos chama atenção para a necessidade de se proceder à distinção dos referidos conceitos:

é essencial a clara diferenciação entre autoridade – que é frequentemente necessária – e autoritarismo – que é sempre pernicioso. O autoritário exige obediência irrestrita e está sempre preparado para enfrentar o medo e o castigo severo para obtê-lo. O autoritarismo está associado à degeneração da personalidade (NASH, 1968, p.119).

Para Nash (1968), o Autoritarismo está ligado a um processo de imposição de vontade sobre o outro, através de práticas anti-democráticas que estão calcadas no temor por medidas punitivas. Já a Autoridade, refere-se a uma prática que tem como objetivo levar o ser humano a perceber as normas colocadas pela sociedade e a

julgar sua **legitimidade** através da ascendência moral, da referência visualizada na figura do “mestre”, “professor”, ou seja, da figura que detém o poder.

Assim, podemos considerar que quando se tenta persuadir o outro (através da coerção) para alcançar seus interesses, o autoritarismo já está instalado – **nem a imposição, nem a violência** condizem com a moral **conquistada** pela autoridade. A autoridade não traz temor, ela é reconhecida por sua legitimidade, pelo que ela traz de verdadeiro.

Em seu livro *A autoridade na educação contemporânea*, Suzie Amâncio Gonçalves de Roure coloca que a autoridade “[...] pode ser entendida como direito ou poder de que se imbuí uma pessoa ou instituição, no sentido de se fazer obedecer e de exercer certo domínio e influência sobre outrem, baseando-se em algum mecanismo de legitimação” (ROURE, 2009, p.17).

Em contrapartida à autoridade, surge a figura do autoritarismo, na qual obtém-se o poder, a disciplina, a obediência através do temor do castigo que esse educador provoca em seus educandos, coisas bem diversas do respeito à autoridade. É o que afirma Durkheim: “Esse temor não tem valor moral senão quando o castigo seja reconhecido como **justo** por aquele que o recebe, e isso implica que a autoridade, ao punir, já é reconhecida como legítima” (1973, p.55).

Yves de La Taille, em seu livro *Autoridade na escola*, bem se coloca quando afirma que:

[...] é de extrema importância frisar que, apesar de ser uma forma de poder, a autoridade não se deve ser confundida com autoritarismo, ou seja, seu uso abusivo, pois ao se fazer obedecer por intermédio de castigos, punições, advertências, notas baixas e ameaças de reprovação, o professor consegue uma obediência que não será legitimada por seus subordinados (LA TAILLE, 1999, p. 9).

Em nossa própria vida escolar vivenciamos situações em que resta claro que a pretendida relação de **igualdade**, não se aplica a todos os sujeitos desse processo. Professores cobram determinadas condutas de seus alunos, mas estes últimos nem sempre são tratados da mesma forma, pois vivenciam relações pautadas na obediência e no medo. Professores acreditam que, por possuírem tradicionalmente o papel central no processo de ensino-aprendizagem e por

exercerem a função pedagógica de determinar normas de conduta, não necessitam ouvir seus alunos.

Agindo assim, eles não exercem a autoridade que sua função pressupõe, mas acabam sendo autoritários, percebendo e admitindo somente o seu ponto de vista. Porém, a característica essencial da liderança autêntica, da autoridade democrática, é a renúncia da dominação - controle do comportamento dos outros - contrária aos objetivos da educação.

Nesse sentido, La Taille, nos coloca que “[...] a obediência nem sempre deriva de uma relação de autoridade, podendo ser estabelecida meramente por coação, por medidas punitivas, o que reforça cada vez mais a heteronímia dos alunos” (1999, p.10).

Destaque-se ainda o pensamento de Maria da Graça Jacintho Setton, em seu livro *As transformações do final do século: ressignificando os conceitos de autoridade e autonomia*, quando afirma que “[...] a idéia de regra remete à de autoridade, entendida como um poder que age sobre nós, fazendo com que nos comportemos conforme suas prescrições, através de sua força e legitimidade” (SETTON, 1999, p. 35).

Ao utilizar uma autoridade democrática, a relação que se estabelece entre o professor e seus alunos, passa a ser pautada no respeito mútuo, em uma obediência voluntária, que leva os aprendizes a desenvolverem uma moral autônoma, na qual os sujeitos interiorizam e aceitam as regras, tendo a consciência de que essas podem ser modificadas eventualmente.

Assim, entendemos que é preciso que hajam regras, pois elas constituem um instrumento imprescindível da educação moral, cabendo ainda ao professor aplicá-las, inclusive através da utilização de penalidades, que são as mantenedoras da ordem. No entanto, devemos ter cuidado com o **abuso**, com o exagero, com o fato de ela repousar sobre a utilização contínua de sanções ou uma autoridade **desmedida**.

A autoridade institucional para qual o professor é incumbido, em nada se relaciona com traços autoritários, uma vez que esta surge do próprio processo educacional e nada tem a ver com policialismo, mas sim com a conquista de uma

disciplina de vida, que combinada com esforço leva a um equilíbrio. Caso ele utilize sua força para fazer valer suas próprias vontades, não estará exercendo sua autoridade, e sim sendo tirânico, despótico, autoritário. “Ter autoridade”, não implica em “ser autoritário”.

Esse tipo de atitude, ao contrário do almejado, conduz a formação de uma moral heterônoma nos sujeitos, na qual as regras lhes são exteriores e são vistas como imutáveis e inquestionáveis, afastando dessa forma, a finalidade maior da educação que é formar cidadãos autônomos que aceitem as regras porque as reconhecem como racionais.

Autoridade pedagógica e o processo de ensino-aprendizagem

Há tempos, os problemas disciplinares deixaram de ser um acontecimento eventual nas escolas, para se tornarem um dos maiores entraves na realidade escolar atual.

É importante destacar que esses problemas de indisciplina, por vezes têm suas origens, numa base que se encontra desestruturada: são escolas superlotadas; edifícios em péssimas condições físicas, docentes sem formação profissional, altos índices de alunos oriundos de meios economicamente desfavorecidos e submetidos a currículos onde a sua cultura não é contemplada, dentre outros tantos dificultadores da obtenção da disciplina e conseqüentemente do reconhecimento de uma figura de autoridade.

É o que podemos perceber na fala desta autora quando afirma que:

As desigualdades econômicas e sociais, que crescentemente se têm vindo a agravar gerando fenômenos preocupantes de exclusão social, a erosão da coesão familiar, a crise de valores e o conflito de gerações são alguns dos fatores que podem explicar os desequilíbrios que afetam tanto a vida social como a vida escolar (ESTRELA, 2002, p.13).

Dessa maneira, o que resta claro é que a escola é um espelho que reflete o contexto sócio-histórico em que se encontra, pois como parte componente do todo que é aquilo que acontece em seu interior está intimamente ligado aos movimentos externos a ela.

E o professor, principal figura de autoridade do meio escolar, onde entra nessa história?

Aquino (1996, p. 50) nos ensina que, enquanto professores ocupamos a posição de agentes institucionais, ou seja, “aqueles que, a rigor, teriam a prerrogativa de posse ou guarda do objeto, enquanto a clientela seria, em tese, aqueles que, carentes do objeto, posicionam-se nas relações como alvo da ação dos agentes”. Em outras palavras, estamos num lugar autorizado, pelo fato de ser o espaço onde a educação é praticada continuamente e onde temos o dever de atuar na tarefa educativa, que muitas vezes envolve um misto de sentimentos como amor, ódio, sucesso, fracasso, justiça, injustiça, entre outros. Essas trocas são carregadas de sentido para o mundo da criança que muitas vezes absorve toda essa demanda, sem um aparato emocional que possibilite uma diferenciação.

Diante disso, podemos perceber que a saída para a compreensão e o trato com a indisciplina, não está em instâncias alheias à relação professor-aluno, mas, mais do que pensamos, no **cerne** mesmo dessa relação, nos **vínculos diários** que são estabelecidos, na maneira como nos comportamos com relação à figura do “outro” (nesse caso, nossos alunos). Logicamente, reservando as peculiaridades das atribuições de professor e aluno, ambos são partes e parceiros de um mesmo jogo e se é que se possuímos algum adversário, estes são tão somente a ignorância, a incredulidade e o conformismo diante do mundo.

Segundo Estrela, devemos amadurecer a ideia de uma formação “mais orientada por princípios de prevenção da indisciplina do que por princípios de correção” (2002, p.99) e é aí, que o professor entra em questão. Carvalho (1996, p. 138) observa que o trabalho do professor não é o de fixar, através de certas receitas, comportamentos invariáveis, mas:

[...] o de criar, segundo seus objetivos e as características daquilo que ensina, disciplinas e métodos de ação e pensamento que consideramos valiosos. Ter um método para transmitir disciplinas não é ter um discurso sobre disciplina, mas é criar uma maneira de trabalhar! Nesse sentido, o problema da disciplina escolar desloca-se do âmbito e da perspectiva moral e comportamental para situar-se no âmbito da apropriação de práticas e linguagens públicas, em cuja difusão reside a principal atividade das instituições escolares.

Dessa forma, quando os educadores forem reconhecidos não só como formadores de opinião, mas, sobretudo, como formadores de seres humanos, que tem como tarefas orientar, auxiliar e contribuir para a vida de seus alunos; acontecerá também a percepção da existência de um vínculo capaz de ajudar e não, de gritar alto, suas deficiências. O ápice da vida profissional de um professor acontecerá no momento em que ele for visto como uma figura de autoridade reconhecida, e não, exigida, que existe para auxiliar e contribuir, e não para dificultar, complicar. É a partir daí, que os alunos passarão a entender as regras de convivência como **necessárias e fundamentais em quaisquer relações**, o que contribuirá para o florescimento de uma educação mais humanizada e de qualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste estudo, foram utilizados conceitos como “autoridade” e “autoritarismo”, bem como o estabelecimento de relações entre eles e as respectivas implicações no contexto escolar.

Ferreira (1999, p. 236), apresenta-nos oito sentidos para o termo Autoridade:

Autoridade: (do latim *auctoritate*) 1. Direito ou poder de se fazer obedecer; de dar ordens, de tomar decisões, de agir, etc. 2. Aquele que tem tal direito ou poder. 3. Os órgãos do poder público. 4. Aquele que tem por encargo fazer respeitar as leis; representante do poder público 5. Poder atribuído a alguém, domínio: autoridade paterna. 6. Influência, prestígio, crédito. 7. Indivíduo de competência indiscutível em determinado assunto: “F. é uma autoridade em física nuclear”. 8. Permissão, autorização.

A palavra autoridade, apresentada sob a forma desses conceitos, pode ser entendida, de forma geral, como um lugar ocupado por alguém a quem se deve obedecer ou, ao menos, respeitar. O detentor da autoridade se distinguiria, em tese, por certo poder ou influência. O que diferiria essa pessoa seria a posse de um saber diferenciado, e uma capacidade de manter as normas de um grupo, de modo que conseguisse seu cumprimento e reconhecimento dentro dele. Alguns exemplos que ilustram essa definição, são a autoridade paterna, autoridade de governantes, autoridade em dado assunto, etc.

Buscando ainda em Platão (2006) e Aristóteles (2004) o conceito de autoridade, podemos relacioná-la às relações hierárquicas no âmbito privado

(maridos e esposas, pais e filhos). Segundo estes autores, a autoridade era considerada como algo nato de algumas pessoas, que já nasciam com a capacidade de exercê-la e outros de obedecer, acatar. Tal pensamento mantinha uma determinada ordem social onde estivesse, sem a que houvesse possibilidade de mudança de quem mandava ou controlava, desde sempre.

Em seu livro “A Política”, Aristóteles compartilha de ideia semelhante:

Há, por ação da natureza e para a manutenção das espécies, um ser que manda e outro que obedece. Pois aquele que tem inteligência capaz de prever tem, de modo natural, autoridade e poder de chefe; aquele que não tem senão a força física para executar deve, obrigatoriamente, obedecer e servir (ARISTÓTELES, 2004, p.12).

Aristóteles, também se valia de um critério baseado na idade para a preferência da figura da autoridade. Afirmava categoricamente que o mais velho tinha o direito de mandar e manter a ordem. Em suas concepções, referido autor ressaltava a importância da obediência à autoridade para a manutenção da ordem e da harmonia. É o que se pode observar claramente: “Efetivamente, uma casa é administrada pelo componente mais velho da família, que exerce uma espécie de poder real” (ARISTÓTELES, 2004, p.13). Ainda defendia a autoridade do sexo masculino, acreditando ser este, mais “capaz” a mandar que a mulher.

Arendt (2005) discordava de Aristóteles quando este tomava como exemplo situações de autoridade em **espaços privados**, como o lar. A autora considerava que isso só servia para reforçar a proximidade deste conceito ao de tirania, pois era assim, como tiranos que os chefes de família, tratavam suas esposas, filhos, escravos ou quem quer que estivesse sob seu domínio. Como “súditos”, era lhes vedada qualquer mínima expressão de liberdade, pelo “déspota”. Ninguém tinha voz, e se a possuísse, calavam-se: a autoridade era confundida com despotismo, onde os chefes-tiranos dominavam os demais membros da vida doméstica.

Assim, devemos entender a autoridade como algo a que todos, indistintamente têm direito de adquirir e não restringi-la à dada pessoa ou grupo. O que deve ser levada em conta é a conquista e o reconhecimento da mesma, independentemente o cargo, a idade, ou o grau de parentesco. O fato de o adulto estar

em um nível de desenvolvimento mais complexo que o da criança, não quer dizer, necessariamente que ele esteja investido de uma autoridade legítima.

Roure (2009), em outras palavras, concorda com Arendt (2005) na seguinte citação:

A autoridade não se sustenta sobre sanções punitivas, mas sobre as noções de responsabilidade e de respeito mútuos, a despeito das diferenças individuais e da assimetria entre educadores e educandos quanto ao conhecimento e à experiência de vida (p. 135).

Segundo a autora, para que a autoridade seja exercida sem que para tanto seja confundida com autoritarismo, é necessário que sejam levadas em conta não só a **diferença cronológica** entre educador e educando, mas também a **carga de conhecimento individual de cada um**.

Pode parecer que a noção de autoridade assim referida se baseie na hierarquia natural, demarcada pela diferença entre os mais velhos e os mais jovens. Porém o critério não consiste na diferença cronológica, mas na experiência e no conhecimento socialmente construído (ROURE, 2009, p. 135).

A mesma autora, ainda defende que a construção da autonomia de uma criança só se dá quando em contato com outras pessoas, que fornecem às crianças, indicadores de que existe um conjunto de regras exteriores a elas a serem seguidas. Podemos perceber que essa figura de autoridade, é, além de necessária, indispensável na vida de um sujeito; daí a relevância de distingui-la do autoritarismo, pois muitas das vezes, quando não existem fundamentos e justificativas pra determinadas situações, existem aqueles que reduzem a autoridade a uma mera imposição de limites ou à tarefa de dizer “não”.

Com base nessa concepção, entendemos que muitas vezes a autoridade vira autoritarismo e foge do seu principal objetivo que é a formação para a emancipação, e acaba sendo considerada e usada tão somente, como forma de controle. É o que afirma Roure (2009, p.132): “Sem o exercício da reflexão e o exame crítico das contradições implícitas na realidade, aprende-se tão somente a delimitar marcos e a obedecer-lhes, encerrando um sentido imediato e acrítico de autoridade”.

Diante de todo exposto, entendemos que a autoridade não se limita a um direito do educador, mas, antes de mais nada, a um direito do indivíduo em formação. A autoridade deve ser orientada pelos sujeitos que a exercem, com a finalidade de formar as potencialidades humanas envolvidas na construção da autonomia, como a razão, o entendimento de si e do outro e a capacidade crítica de apreensão da realidade.

É dessa maneira que Roure (2009) mais uma vez, nos convida a superar o autoritarismo, atentando para o fato de que as atribuições de um educador autônomo e consciente da relevância de seu papel na formação de crianças e jovens são fundamentais na construção de uma educação comprometida com a emancipação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos realizados e das inúmeras leituras e interpretações, percebemos que a crise de autoridade pela qual a sociedade vem passando, não é um fenômeno contemporâneo.

Baseado nisso, acreditamos que o ponto de partida deste trabalho, poderia se dar, realizando um breve percurso histórico (não linear), analisando observações e pensamentos de autores desde os mais antigos, aos mais atuais (levando em conta as condições de cada momento), para que pudéssemos compreender questões relacionadas à autoridade.

Para distinguir os dois conceitos (autoridade e autoritarismo), concluímos que seria necessário levar em conta o papel de cada um dos personagens do **contexto escolar** (que é o nosso objeto de estudo), delimitando previamente suas funções.

Através de uma reflexão crítica, é necessário reconhecer que nosso papel, enquanto formadores, é exatamente o de **orientar** (e não o de desorientar) nossos alunos para uma formação crítica, reflexiva, que os ajude a construir sua autonomia, caracterizada por sua capacidade de tomar decisões **ponderadamente** e ser capaz de criar regras e leis próprias. Além disso, consideramos que a **dimensão afetiva** na relação aluno X professor, é uma condição imprescindível para que o desenvolvimento da criança ocorra de maneira linear e completa.

Dessa maneira, é essencial termos a consciência de que nossas atitudes são responsáveis pela conduta de cada aluno, e caso não sejamos coerentes com nossa função, não agindo de maneira justa e equilibrada, corremos o risco de termos em nossa vivência, relações de coação e opressão (autoritarismo), sutil ou explicitamente, nas quais aquele que detém o poder institucionalizado oprime quem está submetido a ele.

Interpretar os conceitos de autoridade e autoritarismo pode não ser a saída principal pra nós educadores realizarmos nosso trabalho de forma eficaz e eficiente, no entanto, contribui muito para que nós percebamos e tomemos conhecimento, de até que ponto, nossa prática não está camuflada sob a forma de atitudes autoritaristas.

A escola, como parte componente da sociedade em que vivemos, não pode ser analisada de maneira separada dos problemas sociais que nos cerca. O micro está inserido no macro, por isso devemos considerar a escola como um espaço que recebe essas influências exteriores. Enquanto profissionais dessa área, nosso papel é o de tentarmos atenuar, através de atitudes **reflexivas**, os danos que podem comprometer o processo de ensino-aprendizagem de nossos alunos.

A partir do momento que temos a consciência de que somos formadores de opinião, e mais do que isso, formadores de seres humanos, percebemos que nossa responsabilidade deve ser a de orientação, auxílio e contribuição na vida escolar de nossos educandos. Ao sermos considerados dessa maneira, nosso vínculo afetivo com nossos alunos propiciará uma maior aceitação por parte deles, de que estamos imbuídos no papel de facilitar e não no de dificultar suas deficiências. Por isso, é tão importante a percepção por parte de nossos pupilos, de uma **aceitação reconhecida** da figura da autoridade, pois é a partir disso, que eles passam a encarar as regras de convivência como necessárias e fundamentais em quaisquer relações, contribuindo assim, para o que mais nos interessa que é uma educação de qualidade, fundamentada na construção de relações de mútua confiança.

Como a educação é um trabalho de autoridade que tem como objetivo a formação de seres sociais, que reconheçam a existência de regras exteriores, e que sejam capazes de raciocinar se tal regra é justificável ou não, com base em

princípios de racionalidade; devemos nos distanciar de atitudes baseadas na coação e ameaça, ou seja, atitudes autoritaristas, com o risco de receber em troca, comportamentos baseados no medo pelo castigo e não na nossa tão sonhada autonomia.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. G. A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. In: *Indisciplina na escola*. Alternativas teóricas e práticas. 9ª ed. São Paulo - SP: Summus, 1996. (p. 39 a 55).

ARAÚJO, U. F. de. Moralidade e indisciplina: uma leitura possível a partir do referencial piagetiano. In: AQUINO, J. G. *Indisciplina na escola*. Alternativas teóricas e práticas. 9ª ed. São Paulo - SP: Summus, 1996. (p. 103-116).

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro* (M. W. Barbosa, Trad.). São Paulo - SP: Perspectiva, 2005.

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo - SP: Martins Claret, 2004.

CARVALHO, J. S. F. de. Os sentidos da (in) disciplina: regras e métodos como práticas sociais. In: AQUINO, J. G. *Indisciplina na escola*. Alternativas teóricas e práticas. 9ª ed. São Paulo - SP: Summus, 1996. (p. 129 a 138).

DURKHEIM, E. *Educação e Sociologia*. São Paulo - SP: Melhoramentos, 1973.

_____. *Sociologia, Educação e Moral*. Porto: Rés Editora, 1984.

ESTRELA, M. T. *Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula*. 4ª ed. Porto: Porto Editora, 2002.

FARIA, A. R. de. *Desenvolvimento da criança e do adolescente segundo Piaget*. 4ª. ed. São Paulo - SP: Ática, 1998. Capítulos 1 e 3.

FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio*. Curitiba - PR: Editora Positivo, 1999.

FOUCAULT, M. Soberania e disciplina. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro - RJ: Graal, 1979.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo - SP: Paz e Terra, 1997.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 1970.

GOMES, P. A. Poder, autoridade e liderança institucional na escola e na sala de aula: perspectivas sociológicas clássicas. *Ensaio*. Rio de Janeiro - RJ, v. 17, n. 63, p. 235-262, abril a junho de 2009.

LA TAILLE, Y. de. Autoridade na escola. In: AQUINO, J.G. (org.). *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas práticas*. São Paulo - SP: Summus Editorial, 1999.

MACHADO, I. de L. Educação Montessori. 3ª ed. São Paulo - SP: Thomson Pioneira, 1986.

NASH, P. Autoridade e liberdade na educação: uma introdução à filosofia da educação. Rio de Janeiro - RJ: Bloch, 1968.

PEREIRA, L. R. Ensino superior no mundo contemporâneo: desafios e perspectivas. *Revista Eletrônica da Fundação Educacional de Oliveira*. Disponível em www.feol.com.br/sites/revistaeletronica/ensinosuperiornomundocontemporaneo.pdf.

Pires, S. F. S., & Branco, A. U. (2007). Protagonismo infantil: Co-construindo significados em meio às práticas sociais [Versão eletrônica]. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 17, 311-320.

Platão. (2006). *A república ou da justiça* (B. E. Bauru, Trad.). São Paulo - SP: Edipro.

ROURE, S. A. G. de. A autoridade na educação contemporânea. Goiânia - GO: UFG, 2009.

SETTON, M. da G. J. As transformações no final do século: ressignificando os conceitos de autoridade e autonomia. In J. G. Aquino (Org.). *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo - SP: Summus, 1999.

AUTORA:

Lorena de Paula Campos é graduada em Direito pela Universidade do Estado de Minas Gerais, campus de Ituiutaba-MG e Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás. Possui especialização em Gestão Escolar: Administração, Inspeção e Supervisão. É professora no Colégio ESI Santa Teresa de Ituiutaba-MG.

loryss@gmail.com